



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

## A disciplina relativa à Assistência Técnica e Extensão Rural no contexto do IFPA - Campus Castanhal

*The discipline relating to Technical Assistance and Rural Extension in the context of IFPA - Castanhal Campus*

Maria Grings Batista  
Professora do IFPA – Campus Castanhal  
Gleice Izaura da Costa Oliveira  
Pedagoga do IFPA – Campus Castanhal

### Resumo

O presente trabalho teve por objetivo entender e descrever a trajetória do IFPA Campus Castanhal, enquanto instituição de ensino técnico agrícola no estado do Pará, bem como as transformações na disciplina de extensão rural. Pudemos observar mudanças significativas no componente desde 2000 até os dias atuais, tanto nas ementas, cargas horárias e nome da disciplina, influenciados por questões internas e externas à instituição.

**Palavras-chave:** Técnico em Agropecuária; Ensino Profissionalizante; Desenvolvimento.

### Abstract

The present work aimed to understand and describe the trajectory of IFPA Campus Castanhal, as an agricultural technical education institution in the state of Pará, as well as the transformations in the rural extension discipline. We were able to observe significant changes in the component from 2000 to the present day, both in the syllabi, course loads and name of the discipline, influenced by issues internal and external to the institution.

**Keywords:** Agricultural Technician; Vocational Education; Development.

### Introdução

A Extensão Rural no Brasil teve início oficialmente na década de 1940, sob a influência dos Estados Unidos, lideradas pelo milionário Nelson Rockefeller, a partir da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em parceria com American International Association (AIA), no estado de Minas Gerais, para modernizar o setor agrícola nacional atendendo aos interesses do capital industrial em ascensão. Para alcançar os objetivos o setor agrícola precisava produzir mais, para gerar divisas através de exportações e do abastecimento alimentício das classes urbanas, além de fornecer matéria-prima para as indústrias a baixos custos (Fonseca, 1985).



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

No bojo deste processo de desenvolvimento eram necessários profissionais capacitados para o trabalho de execução da extensão rural no país, sendo então criadas muitas das Escolas de Formação Técnicas e Faculdades de Agronomia, formando os agentes de difusão de tecnologias e aumento da produtividade.

Muitas destas instituições de ensino técnico nasceram como asilos e patronatos agrícolas, que permitiu a criação dos primeiros centros de ensino internato, muito dos quais seriam aproveitados na implantação de outras instituições, para atender ao processo de industrialização e modernização no Brasil. Essas transformações nas instituições perpassam pela lei orgânica do ensino agrícola de 1946, transformação em escola agrotécnicas e, por fim, chegando à integração das escolas aos atuais Institutos Federais em 2008.

Neste sentido, durante muito tempo, a formação do Técnico em Agropecuária esteve voltada para formar agentes de transmissão dos conhecimentos tecnológicos aos agricultores, tendo como objetivo principal a difusão de tecnologias e vinculados modelos de desenvolvimento dependentes de recursos externos (crédito, insumos).

Essa concepção na formação dos técnicos e na extensão rural, foi predominante até a reabertura política do país na década de 1980, quando o modelo praticado até então passou a ser questionado. Na década de 1990 aprofundou-se as discussões sobre um novo modelo de extensão rural, voltado aos aspectos que englobam a complexa realidade rural do país, com metodologias participativas e valorizando os saberes locais.

Neste processo de repensar o serviço de extensão rural foram influenciadas pelo educador Paulo Freire, com sua importante obra “Extensão ou comunicação?”. A partir da criação da Política Nacional de Extensão Rural, em 2010, o público-alvo do serviço passou a ser os agricultores familiares, diversificando ainda mais o campo de domínio necessário aos extensionistas brasileiros.

Quando pensamos em uma instituição de ensino técnico como o IFPA - Campus Castanhal, que nasceu ainda como patronato agrícola, em 1921, e que ao longo de sua trajetória passou por muitas mudanças e adaptações a diferentes modelos educativos e contextos



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

políticos, podemos questionar como se deram essas mudanças na concepção de formação técnica do profissional voltado à agropecuária.

Este é um trabalho que se propõe a fazer uma análise preliminar, sobre estas transformações, especificamente no componente curricular ligado a Assistência Técnica e Extensão Rural, no período de 2000 (quando então era Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - EAFC) até os dias atuais, no curso técnico em Agropecuária, bem como fazer uma breve reconstituição histórica da educação agrícola a partir do Patronato Agrícola Manoel Barata até os dias atuais.

## Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico adotado na realização do trabalho foi a pesquisa qualitativa, entendida por Minayo (2009, p. 21) como aquela que “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” Trabalhando com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, questões que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis.

Como métodos foi utilizado a revisão de literatura e a análise documental. A primeira buscando entender a trajetória do ensino técnico no Brasil e no estado do Pará, a partir do IFPA-Campus Castanhal, bem como questões referentes à disciplina de extensão rural nos cursos vinculados às ciências agrárias no país.

Já a análise documental, utilizada com frequência em estudos nas mais diferentes áreas, em especial nas Ciências Humanas e Sociais aplicadas é, segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”, podendo ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc. Realizamos análise de cinco Projetos Político Pedagógicos do curso Técnico em Agropecuária, da antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e do IFPA-Castanhal. A pesquisa foi realizada nos meses de abril e maio de 2024.



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

## O IFPA Campus Castanhal: do Patronato Agrícola aos dias atuais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Castanhal teve sua fundação como Patronato Agrícola Manoel Barata em 1921, durante o período denominado por alguns historiadores de República Velha e/ou Primeira República (1889-1930).

O regime republicano depositou na educação o papel de formar uma nova sociedade alinhada aos princípios liberais de progresso, ordem, civilização e modernidade, refletindo as transformações por que passava o sistema capitalista. Os Patronatos Agrícolas estavam voltados para a formação de trabalhadores a partir de concepções fundadas nos conhecimentos científicos, objetivando uma agricultura racionalizada (Oliveira, 2003).

Essas instituições funcionavam como instrumentos paliativos para os problemas sociais e urbanos, pois se destinavam à infância desvalida das cidades, atendendo aos interesses dos segmentos aristocráticos empenhados em construir uma imagem moderna da sociedade brasileira, mediante a circulação de um discurso higienizante.

Durante a República, a educação profissional manteve o mesmo objetivo e organização do período Imperial, ou seja, de atender as classes populares, pobres, a infância desvalida e os órfãos (Manfredi, 2002; Nagle, 1976).

Com as mudanças que foram se processando na economia durante os primeiros anos do regime republicano, houve necessidade de formação de mão-de-obra qualificada, pois a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado após a abolição do regime escravista e a substituição de uma economia agrário-comercial-exportadora, pela urbano-industrial, exigiam trabalhadores mais preparados no campo.

Como alternativa para a educação profissional agrícola, nesse período foram fundados, em vários estados da Federação, os Patronatos Agrícolas, Aprendizados Agrícolas e as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária (Nagle, 1976; Mendonça, 2006).

Várias justificativas foram apontadas para a fundação dessas instituições de ensino agrícola, dentre as quais pode-se destacar: a atenção do governo da época para com os problemas localizados no meio rural. No caso específico dos patronatos agrícolas, estes poderiam ajudar no aumento progressivo da capacidade produtora do país, impulsionando o



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

desenvolvimento econômico, pois era necessário cuidar, antes de tudo, da preparação do elemento produtor.

Os patronatos agrícolas minimizariam também um problema que estava se formando nos centros urbanos: a infância abandonada e aqueles que tinham dificuldade em ser mantidos por seus familiares. Parte da infância que se encontrava pela rua, os órfãos, os que eram tomados pelas forças de segurança e aqueles que seus responsáveis declaravam sem recursos para mantê-los ou por serem de difícil controle seriam encaminhados para estas instituições.

No Decreto Nº 13.076, de 25 de julho de 1919 consta o regulamento que trata da criação dos patronatos em todo o Brasil. Para melhor compreendermos o teor deste decreto, inserimos o trecho onde consta a natureza e o objetivo da educação profissional agrícola daquela época:

[...] se destinam às classes pobres, e visam à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Art. 1º) (Nagle, 1976, p.183).

Os Patronatos Agrícolas, quanto ao aspecto formativo, cumpriam três objetivos: formar o elemento produtor, discipliná-lo e alfabetizá-lo. Para cumprir esses objetivos, eram dadas noções de conhecimentos disciplinares militares, verificando-se a presença da instituição policial, não apenas com a função de arremeter esses menores e transferi-los para as instituições; esta também contribuía para formar o perfil disciplinador da instituição.

Através de uma instrução elementar, os alunos aprendiam a ler e, paralelo a estes conhecimentos, tinham aulas de artes complementadas com algum ofício relacionado à área agropecuária, de onde saíam habilitados em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais.

No Pará, com a decadência de uma economia pautada no extrativismo da borracha e na preocupação do poder público com alternativas de educação para outras classes que estavam presentes no cenário paraense, é fundado o Patronato Agrícola Manoel Barata, na ilha de Caratateua, em Outeiro, distrito de Icoaraci, Belém (PA), através do Decreto Lei Nº



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

15.149/1921. Este foi considerado uma das ações institucionais para contribuir com a preparação daqueles que seriam os empregados das elites agropecuárias no estado.

A criação desta instituição representou um marco do ensino rural/profissional na Amazônia, pois foi a primeira ação federal direcionada para o ensino Agrícola no Estado do Pará, com objetivo de desenvolver a Agricultura, Horticultura, Jardinocultura, para as crianças de classe popular, direcionando-as para o trabalho rural.

O público atendido no Patronato Agrícola Manoel Barata era composto de filhos de agricultores, com diversidade de faixa etária média entre 11 e 12 anos, por se tratar ainda de uma escola primária. A educação baseada na moral e na disciplina do Patronato Agrícola Manoel Barata servia aos interesses de seus fundadores: as elites oligárquicas e industriais e as políticas para alcançar as metas econômicas do setor agrário.

O patronato agrícola, fundado no Pará, também consistia numa ferramenta do Governo Federal para difundir a nova ordem econômica, configurando a educação ministrada nessa instituição como um instrumento ideológico, que buscava difundir concepções e valores.

A ênfase em conteúdos práticos mostrava a preocupação dos patronatos com a preparação de trabalhadores para a atividade agropecuária e não com a formação de técnicos, pois pretendia-se que, por meio do ensino agrícola, o contingente que estava propenso a migrar do campo para cidade se fixasse no campo, “pois uma parte dos problemas urbanos daquela época eram pensados tomando por base o campo, concebido como uma de suas origens” (Nascimento, 2003, p.138).

No entanto, cabe ressaltar qual era o verdadeiro sentido e objetivo da instrução elementar (ensino primário) ministrada nesses estabelecimentos, ou seja, sua função maior era formar na população ignorante uma conduta regeneradora e disciplinadora para o trabalho, tornando-os capacitados para os padrões de eficiência exigidos pela estrutura de poder dominante.

De Patronato Agrícola Manuel Barata até se tornar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), a instituição passou por várias modificações. No período compreendido entre 1930 e 1960, Patronato Agrícola Manuel Barata transformou-se em escola



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

de iniciação agrícola e, em seguida, Escola de Mestria Agrícola. Na década de 1970 transformou-se em ginásio agrícola e, posteriormente, em Colégio Agrícola Manoel Barata. No final da década de 1970, através do decreto N°83.935 a instituição passa a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, para então, no ano de 2008 se integrar a Rede Federal de Institutos. Oliveira (2003) fez um estudo detalhado das transformações curriculares na instituição e constatou que “as mudanças que se estabeleceram tiveram o objetivo de fazer cumprir os projetos e concepções de educação dos projetos de governo em cada período.”

## **A formação do Técnico Agrícola e o componente curricular relativo à Assistência Técnica e Extensão Rural**

A perspectiva de trabalho na disciplina de Extensão Rural é complexa, que deve englobar longos anos de discussão, perpassando diversas áreas do conhecimento humano, desde as técnicas agrícolas propriamente ditas até estudos de comunicação, sociologia, história, economia, política e, mais recentemente, da agroecologia, que procura se firmar como uma ciência capaz de dar conta da amplitude de desafios que se põem em frente à agricultura neste início de século (Santos, 2014).

Vargas e Drebes (2022) realizaram um estudo sobre a disciplina no Brasil e perceberam a diversidade de conteúdos abordados pelos docentes dentro do componente Extensão Rural. Ao mesmo tempo em que existem temas consolidados, específicos e recorrentes da disciplina, como histórico, conceitos e metodologias, fica evidente que ao longo do tempo temáticas emergentes passaram a incorporar o componente, especialmente aquelas de cunho socioambiental, relacionadas ao desenvolvimento rural e, mais recentemente, as questões de juventude, diversidade, gênero e raça.

Vale observar que nos conteúdos trabalhados na disciplina, desde o primeiro Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificamos nunca esteve diretamente relacionado a difusão de tecnologias e ao paradigma convencional de desenvolvimento rural, apesar de termos a compreensão de que uma das vertentes da formação do técnico agrícola historicamente foi o trabalho com a extensão rural (Caldart, 2009).



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Temos a compreensão de que os conteúdos ministrados e a metodologia adotadas precisam preparar o profissional para as reais contradições envolvidas no seu cotidiano profissional, não apenas as contradições, mas a própria preparação do técnico deve deixar de torná-lo um mero reproduzidor de manuais, mas deve ser capaz de formar um ser crítico que possa intervir e transformar a realidade com a qual se depara (Pacheco, 2012).

Nos três primeiros PPCs que tivemos acesso (2000, 2007 e 2013), não houve mudanças no que se refere a ementa da disciplina, se mantendo sem alterações neste sentido, porém houve mudanças na nomenclatura, ano de oferta e carga horária (CH).

No PPC do ano de 2000 – mais antigo que tivemos acesso - o ensino médio estava separado do ensino técnico, sendo os dois ministrados de forma concomitante, em função da Lei 9394/1996 complementada pelo decreto 2208/1997. Os cursos técnicos estavam então divididos em três possibilidades: agricultura, zootecnia e agropecuária.

Nos três cursos técnicos profissionalizantes temos a presença da disciplina “Sociologia e Extensão rural” com uma CH de 80 horas. O curso era subdividido em disciplinas da base comum (códigos e linguagens, Matemática e ciências da natureza, ciências humanas e Orientação para o trabalho) e as disciplinas técnicas específicas. A disciplina relativa à extensão rural estava inserida no eixo orientações para o trabalho, curiosamente vinculada a base comum e não a parte técnica específica dos cursos. A ementa, que se manteve inalterada de 2000 até 2017 era ampla, envolvendo questões sobre a comunidade, pedagogia da alternância, metodologias de ATER, entre outras questões, como pode ser observado:

Básicos para compreensão da vida social; Agrupamentos sociais (Grupos sociais, Agregados sociais; Mecanismo de sustentação dos grupos sociais); Políticas Educacionais para o meio rural; Experiências educacionais vivenciadas no campo; Pedagogia da Alternância; Desenvolvimento comunitário (Comunidade urbana e rural, Características diferenciais, Fatores que influenciam a vida das pessoas na zona rural, Princípios do Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Sustentável, Diagnose da comunidade); Habilidades profissionais exigidas ao Técnico Extensionista Rural (Competência e habilidade técnica, Conhecimento sobre o trabalho de extensão rural, Relações Humanas, Assessoramento técnico, Planejamento e Projeto, Trabalho com líderes locais, Comunicação Rural, Acompanhamento e avaliação de projetos); Legislação profissional; Métodos e técnicas usadas no trabalho de extensão rural; Excursão técnica, curso, dia de campo, palestra,



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

debate, seminário, demonstração técnica, exposição educativa, feira agropecuária; Concepção humanística de comunicação rural; Estratégia de comunicação para difusão de tecnologia (PPC agropecuária, 2000).

No PPC do ano de 2007, o curso deixa de ser na modalidade concomitante e passa a ser integrado (ensino médio e técnico). No curso Técnico da área Agropecuária com habilitação em agropecuária integrado ao Ensino Médio, a disciplina aparece no PPC apenas como “Extensão Rural”, sendo ministrada no 2º ano e com uma redução de 20 horas, passando a ter uma Carga Horária de 60 horas, mas sem mudanças nas bases tecnológicas.

Quando comparamos então com o PPC de 2013, algumas mudanças podem ser observadas, relacionadas à atualização das bibliografias, deixa de ser ministrada no 2º ano e passa ao 3º ano, com o nome “Assistência Técnica e Extensão Rural” e tem nova redução de carga horária, passando a ter apenas 45 horas, mantendo a mesma ementa dos dois projetos pedagógicos anteriores. Observamos reduções consecutivas de carga horária, mantendo os mesmos conteúdos, uma tendência observada por Vargas e Drebes (2022) a nível nacional, deixando os docentes com menos tempo para trabalhar.

No PPC de 2017 a disciplina aparece com o nome “Educação, extensão rural e agroecologia”, ministrada no 3º ano com uma CH de 80 horas, havendo um incremento considerável de tempo. A ementa também conta com mudanças significativas, passando a conter:

Conceitos relacionados à extensão rural. Trajetória histórica da Extensão Rural no Brasil e suas bases teóricas. Modelos de Comunicação aplicados à Extensão Rural. O modelo difusionista da extensão rural (E. Rogers, H. Mendras) e modelos alternativos. Situação atual da extensão rural no Brasil, abordando as instituições, os atores e as políticas direcionadas ao setor. Os desafios da Nova Extensão Rural, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Extensão rural e a questão de gênero, raça e etnia. Agricultura Familiar a partir da abordagem sistêmica; Políticas públicas para a agricultura Familiar (PNATER, PAA, PNAE, PNAPO, PRONAF); Metodologias participativas de ATER. Princípios da Agroecologia. Dimensões da agroecologia. A extensão rural agroecológica. Agriculturas de base ecológica. (PPC agropecuária. 2017).



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

No PPC de 2019, o mais recente analisado e última atualização do curso na instituição, permanece com a mesma nomenclatura “Educação, extensão rural e agroecologia”, ministrada no 3º ano com uma CH de 120 horas, bem acima da média nacional de 45 a 60 horas, descritas por Vargas e Drebes (2022). A ementa, no que se refere a extensão rural, não sofre muitas mudanças, porém são incorporados os conteúdos que antes eram ministrados separadamente na disciplina de Sistemas Agroflorestais, que então passam a integrar a disciplina relativa a extensão rural, pela afinidade com a discussão da agroecologia, além também da atualização das bibliografias. Também foi observado por Vargas e Drebes (2022), a associação do nome da disciplina de extensão a outros termos em todo o Brasil.

A relação entre extensão rural e agroecologia pode ser relacionada com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada pela Lei nº 12.188/2010, que insere como princípios e objetivos questões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, de forma preferencial, construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional, além de investimento de vários autores que construíram uma base ampla de debates sobre a importância de um serviço de ATER comprometido em promover processos de transição agroecológica.

## Considerações finais

A disciplina relacionada à Assistência Técnica e Extensão Rural foi inserida no currículo do curso Técnico em Agropecuária apenas a partir do final da década de 1990, com uma ementa que primava por uma formação ampla e crítica do profissional. Apesar de não haver anteriormente, especificamente a disciplina em questão, pudemos observar que ao longo da trajetória da educação profissional no país, o currículo esteve voltado para formação de mão de obra para o mercado de trabalho e implementação da política de desenvolvimentista do país.

Pudemos observar que ao longo do tempo analisado (2000 a 2017) houve grandes mudanças no componente curricular de Extensão Rural, tanto relativas a nomenclatura, perda de carga horária e posterior aumento, ano de oferta e nos conteúdos trabalhados.



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Alguns motivos podem ser levantados para explicar as mudanças relatadas, tais como: entrada de professores novos, no contexto da expansão da rede federal de ensino técnico profissionalizante, vivenciados nos anos subsequentes à criação dos Institutos Federais (2009-2010), que trouxe ao quadro docente da instituição profissionais com visões próprias relativas às temáticas vinculadas à disciplina, levando a atualização da ementa de acordo com suas próprias concepções. Atualização com a inserção de temáticas relativas ao momento histórico e questões em destaque no cenário nacional, tais como políticas públicas e agricultura familiar. Também é importante levantar questões políticas e tensões internas à instituição, que levam a disputas por CH dentro do curso entre grupos com concepções de formação técnica distintas, levando a reconfigurações e algumas vezes a agrupamentos de disciplinas e conteúdos afins.

## Referências

CALDART, R. S. **Educação Profissional na Perspectiva da Educação do Campo**. In: Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. Debate 12. Brasília, 23 a 27 de novembro de 2009.

FONSECA, M. T. L da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v.1, n.1, jul. 2009.

OLIVEIRA, M. R. P. de O. **Formar Cidadãos Úteis: Os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: Moderna, 2012.



# III SNEER

Na Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

VARGAS, D. L.; DREBES, L. M. O 'estado da arte' do ensino em Extensão Rural no Brasil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. 1-31, 2022.

SANTOS, M. A. G. dos. **A formação do técnico agrícola em extensão rural para a agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado. Recife 2014.